

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Neste número

- **Censo 2007**
RESULTADOS DEFINITIVOS DISPONÍVEIS NA INTERNET
- CONSELHO CONSULTIVO DO INE AVALIA E PERSPECTIVA ACTIVIDADES
- **Com base nos dados do CINSFLU e INFOR**
INE DIVULGA ESTUDOS TEMATICOS
- **Censo da População**
BOTSWANA APREENDE EXPERIÊNCIA MOÇAMBICANA
- NOVA CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS
- **Sobre o HIV/SIDA**
CERCA DE 6300 AGREGADOS FAMILIARES SERÃO INQUIRIDOS
- UNIÃO AFRICANA ADOPTA CARTA SOBRE ESTATÍSTICAS
- DADOS DO IOF EM PROCESSO DE CRÍTICA E DIGITAÇÃO
- **Indicadores Múltiplos**
TERMINA INQUÉRITO ARRANCA ANÁLISE DOS DADOS

Censo 2007

RESULTADOS DEFINITIVOS DISPONÍVEIS NA INTERNET



O INE iniciou recentemente, através da Internet, (www.ine.gov.mz) a divulgação dos resultados definitivos do III Recenseamento Geral da População e Habitação, ocorrido de 1 a 15 de Agosto de 2007. A Cidade de Maputo foi a primeira região do País a ter a informação neste veículo de comunicação. Seguem-se as Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane.

A disponibilização desta informação através da Internet tem em vista satisfazer, o mais rapidamente possível as principais necessidades dos utilizadores da informação estatística, particularmente no que concerne aos resultados do Censo 2007.

Nesta perspectiva, o INE coloca à disposição dos usuários, nesta fase, quadros estatísticos seleccionados, sendo que a informação mais detalhada sobre a mesma matéria encontra-se em processo de conclusão, em termos de trabalho de impressão em papel (brochuras) e em outros formatos.

De acordo com o Plano de Difusão elaborado pelo INE, os Dados Definitivos do Censo 2007 serão publicados em 12 volumes, sendo um para cada província e outro para o conjunto do País. Nesta perspectiva, as primeiras publicações detalhadas, desta feita respeitantes a zona sul do País estarão disponíveis até finais de Abril de 2009.

Os quadros seleccionados ora disponibilizados apresentam informação sobre: População, Indicadores Sócio-Demográficos, Agregados Familiares, Raça, Línguas, População de 1 a 17 anos registada e não registada, Posse de bens duráveis, Acesso a tecnologias de Informação e Comunicação, Tipo de habitação, Religião, entre outros.

CONSELHO CONSULTIVO DO INE AVALIA E PERSPECTIVA ACTIVIDADES

O Instituto Nacional de Estatística (INE), esteve reunido, de 9 a 12 do Março do corrente ano, na Vila da Namaacha, Província de Maputo, em Conselho Consultivo Alargado, na sua XII edição, tendo como finalidade a apreciação do nível da execução das actividades inscritas no Plano de Actividades do Sistema Estatístico Nacional (SEN), relativo a 2008.

Decorrendo sob o lema "Reforço da Coordenação do Sistema Estatístico Nacional", o encontro foi dirigido pelo Presidente da instituição, Dr. João Dias Loureiro coadjuvado pelos Vice Presidentes para os Pelouros Demográfico e Económico, respectivamente Drs. Manuel da Costa Gaspar e Valeriano da

Conceição Levene. Nele tomaram parte os Directores Nacionais, Delegados Provinciais da instituição, Órgãos Delegados deste organismo e o Banco de Moçambique.

Na agenda da reunião esteve inscrita ainda a análise do ponto de situação das Recomendações do XI CCAINE, Resultados do Inquérito de Opinião aos Funcionários do INE, Funcionamento do INE e Relatório de Actividades do SEN de 2008.

Entre outros temas, o XII Conselho Consultivo do INE fez uma abordagem sobre os esforços que estão a ser empreendidos em direcção à produção da Estatísticas

Distritais no seguimento das orientações do governo, no que concerne a focalização do distrito como pólo do desenvolvimento nacional.

O encontro apreciou, por outro lado, informações circunstanciadas sobre o Plano de Actividades para 2009, naquilo que constituiu uma oportunidade para os participantes contribuírem para o seu enriquecimento, bem como sobre as actividades preparatórias do Censo Agro-Pecuário cujo arranque está aprazada para o final do presente ano.

Três outros temas complementaram a agenda do CCAINE, designadamente a apreciação do Plano Estratégico Sectorial de Produção Estatística do Ministério da Ciência e Tecnologia, Informação sobre o actual estágio dos preparativos

com vista a divulgação dos resultados definitivos do III Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em Agosto de 2007, Programa de Reforma do Ensino Técnico Profissional e a apresentação de informação sobre Conferência do Instituto Internacional de Estatística a ter lugar em Durban, África do Sul, em Agosto de 2009 e a Conferência Satélite do mesmo organismo sobre Estatísticas Agrícolas, que será realizado em Maputo em Julho do corrente ano.

O INE convidou ainda para este encontro, os Ministérios da Coordenação e Acção Ambiental, Mulher e Acção Social, Obras Públicas e Habitação, Indústria e Comércio, Energia, Recursos Minerais, Administração Estatal, Interior, Justiça, Planificação e Desenvolvimento, Função Pública e Transportes e Comunicações.

Com base nos dados do CINSFLU e INFOR

INE DIVULGA ESTUDOS TEMATICOS



O Instituto Nacional de Estatísticas (INE), procedeu, no decorrer de um seminário realizado nos dias 17, 18 e 19 de Março, em Maputo, a divulgação dos Estudos Temáticos produzidos na sequência de estudos dos dados

apurados pelo Censo às Instituições Sem Fim Lucrativos e pelo Inquérito ao Sector Informal realizados no País em 2004/05 e 2005/06, respectivamente.

Os estudos em referência, foram realizados no quadro do

Programa Italiano de "Apoio ao Instituto Nacional de Estatística - para o Desenvolvimento de Estatísticas Económicas", financiado pelo Governo da Italiano.

Durante o encontro foram apresentados resultados

indicativos do peso económico das actividades realizadas, tanto pelas instituições sem fins lucrativos, bem como pelo sector informal. A informação divulgada facilitará a realização, por parte de instituições quer públicas, quer outras, assim como por pesquisadores, de estudos que irão contribuir para a definição de melhores políticas de regulamentação e enquadramento das actividades dos dois sectores, entre outros aspectos.

O seminário reuniu responsáveis e técnicos do INE ao nível central, Provincial, Órgãos Delegados do INE, Banco de Moçambique, representantes de Ministérios, organizações internacionais, embaixadas, instituições do ensino superior, investigadores, responsáveis do Instituto de Estatística da Itália (ISTAT), que é a entidade coordenadora técnica do programa, organizações não governamentais, parceiros de cooperação, entre outros.

Discursando na abertura do encontro, o Presidente do INE,

Dr. João Dias Loureiro, começou por enquadrar os estudos e as linhas metodológicas sobre as duas operações estatísticas no Plano Estratégico do SEN para o período 2008-2012, apontando a importância da contribuição do Projecto Italiano como tendo sido determinante para a sua concretização.

"Esta perspectiva de enquadrar toda a actividade de cooperação estatística na linha do plano global do SEN, procura dar consistência às várias actividades desenvolvidas e, simultaneamente, tirar vantagens das sinergias criadas e evitar a sobreposição de acções", disse a dado passo o timoneiro do INE, quando fazia referência ao facto de os estudos temáticos terem sido realizados

por técnicos nacionais do SEN e as linhas metodológicas terem sido elaborados por técnicos Instituto de Estatística da Itália (ISTAT), em coordenação com técnicos do INE.

O Presidente do INE apontou ainda que ao enveredar-se por esta forma de trabalhar demonstra-se, por outro lado, a confiança na capacidade técnica nacional forjada ao longo do tempo através de frutíferos programas de cooperação com parceiros nacionais e estrangeiros do SEN.

Por seu turno, o Embaixador da Itália, Carlo Lo Cascio, que assistiu a abertura do encontro, destacou, entre outros aspectos, o facto de tanto o inquérito ao sector informal, quanto o censo

às instituições sem fins lucrativos, constituírem instrumentos de grande utilidade, não apenas para o conhecimento da realidade económica do País, como também e sobretudo para a tomada de decisões.

Mais adiante, o diplomata italiano referiu que o Programa Italiano de Apoio ao INE para o Desenvolvimento de Estatísticas Económicas, é uma das "várias intervenções financiadas pelo governo italiano, que sempre acreditou na importância dos dados estatísticos para uma correcta planificação e implementação das políticas sócio-económicas de Moçambique".

"O governo da Itália apoia o INE desde a sua criação. Entre as acções precedentes, podemos citar a contribuição disponibilizada no quadro da realização dos censos populacionais de 1997 e 2007 assim como a assistência prestada no âmbito do Censo Agro-Pecuário 1999-2001", acrescentou aquela individualidade.

Carlo Lo Cascio, informou na ocasião que o apoio italiano irá prosseguir, desta feita através da adesão ao Fundo Comum, que integra outros parceiros para a implementação do III Plano Estratégico do SEN para o período 2008-2012.

Censo da População

BOTSWANA APREENDE EXPERIÊNCIA MOÇAMBICANA

Uma missão do Bureau de Estatística da República de Botswana, trabalhou recentemente junto do Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo por objectivos informar-se sobre o processo que conduziu à realização do III Recenseamento Geral da População e Habitação em Agosto de 2007.

A presença da missão tswana no nosso País, insere-se nos preparativos actualmente em curso naquele país, visando a realização, proximamente, do censo da população, uma operação estatística considerada prioritária no contexto da actualização dos dados sobre a população.

Durante a sua estada em terras moçambicana, a missão reuniu com dirigentes e técnicos de diferentes áreas do INE, principalmente as directamente ligadas ao processo da realização do censo 2007, procurando inteirar-se de todas as etapas que preencheram aquela operação.

Particular atenção foi dedicada à composição e funcionamento das estruturas central e provinciais do censo. Concretamente, a missão procurou conhecer a forma como foram integrados nessas estruturas os técnicos oriundos de outros organismos do Estado.

NOVA CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Tendo por objectivo assegurar a classificação e agrupamento das unidades estatísticas produtoras de bens e serviços, com ou sem fins lucrativos, a organização, de forma coordenada e coerente da informação estatística económico-social, por ramo de actividade, particularmente nos domínios de produção, emprego, energia, investimento, e, garantir a comparabilidade estatística a nível nacional e internacional, o INE acaba de pôr à disposição dos utilizadores da informação estatística, uma nova Classificação das Actividades

Económicas de Moçambique, Revisão 2 (CAE - Rev. 2), instrumento normativo que substitui a Classificação das Actividades Económicas, Revisão 1 (CAE-Rev.1.).

O documento normativo agora posto à disposição dos utilizadores, surge como resposta à actual realidade económica moçambicana e constitui-se numa estrutura indispensável ao desenvolvimento e à consolidação do Sistema

Estatístico Nacional. As diferenças estruturais e conceptuais que podem ser notadas entre a CAE-Rev.1 e a CAE-Rev.2, são significativas e decorrem principalmente das mudanças efectuadas na Classificação das Nações Unidas (CITA Rev.4) que serviu de base para a concepção da CAE-Rev.2.

Evolução e harmonização

Refira-se que a primeira versão da Classificação das Actividades Económicas de Moçambique com enquadramento legal, foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 22/82, de 22 de Junho, do Conselho de Ministros, com a denominação de Classificação de Actividades e Produtos (CAP).

Este documento normativo havia sido concebido apenas para responder às necessidades do momento em que foi elaborado. Por isso, diferenças estruturais e conceptuais que não facilitavam a sua harmonização com a Classificação Internacional Tipo de Todos os Ramos de Actividade Económica, abreviadamente designada por CITA-Rev.3, editada pelos Serviços de Estatística das Nações Unidas.

Na procura de preencher as evidentes lacunas, existentes em termos de um quadro normalizado de Classificações das Actividades Económicas, a

nível nacional, foi aprovada pelo Conselho de Ministros, pelo Decreto nº 58/99 de 8 de Setembro a Classificação das Actividades Económicas de Moçambique, Revisão 1, abreviadamente designada por CAE -Rev.1, adaptada a realidade moçambicana integrada e harmonizada com a CITA Rev.3 das Nações Unidas, NACE-Rev.1 da União Europeia e CAE-Rev.2 de Portugal.

Entretanto, a CITA-Rev.3 viria a ser objecto de revisão para uma melhor adaptação à realidade económica mundial, tendo as Nações Unidas publicado em 2007 uma nova Classificação (CITA-Rev.4).

Foi no seguimento das mudanças operadas pelas Nações Unidas que o INE, atento à necessidade da comparabilidade estatística a nível nacional e internacional, concebeu a nova Classificação das Actividades Económicas (CAE-Rev.2), harmonizando-a com a já citada CITA-Rev.4 das Nações Unidas.

Objectivos

A nova nomenclatura de actividades económicas ora em referência, pretende dar resposta aos seguintes objectivos principais:

- Classificação e agrupamento das unidades estatísticas produtoras de bens e serviços,

com ou sem fins lucrativos, segundo a actividade económica;

- Organização, de forma coordenada e coerente, da informação estatística económico-social, por ramo de actividade económica, nos domínios de produção, emprego, energia, investimento, etc.;

- Comparabilidade estatística a nível nacional e internacional.

Estrutura

A estrutura, conceitos e notas explicativas da CAE-Rev.2 são, no essencial, o resultado, por um lado, da harmonização da CITA-Rev.4 e, por outro, da

conciliação de interesses e de necessidades nacionais a serem satisfeitas face às condições actuais de organização económica e sua perspectiva de sua evolução no médio prazo.

Os objectivos da CAE-Rev. 2 são essencialmente estatísticos. Contudo, podem ser utilizada para fins não estatísticos. Neste sentido, os princípios básicos da sua construção, o tipo de unidades estatísticas a que se aplica, as regras de classificação e a determinação da actividade principal, entre outros aspectos, estão subordinados aos objectivos estatísticos.

Sobre o HIV/SIDA CERCA DE 6300 AGREGADOS FAMILIARES SERÃO INQUIRIDOS

Perto de 6300 agregados familiares, o equivalente a 17 mil indivíduos dos zeros aos 64 anos de idade, serão inquiridos no quadro de um inquérito nacional sobre HIV e SIDA (INSIDA), por sinal o primeiro na história de Moçambique. A operação irá

decorrer no próximo mês de Maio, em 270 áreas urbanas e rurais distribuídas por todas as províncias do país.

O inquérito, que será realizado pelo Ministério da Saúde em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística e

Conselho Nacional de Combate ao SIDA, tem por objectivo determinar a prevalência do HIV no país. Outro objectivo a atingir, é conhecer os comportamentos de risco associados à infecção. Por outro lado, pretende-se através dos dados a serem recolhidos, avaliar o nível de conhecimento

e impacto das campanhas de informação sobre a pandemia.

Segundo fontes ligadas ao projecto, a informação pretendida será recolhidos na base de entrevistas a serem feitas aos agregados familiares. Consta ainda do programa do inquérito, a realização de testes sobre o HIV junto de indivíduos que se disponibilizem para o efeito.

UNIÃO AFRICANA ADOPTA CARTA SOBRE ESTATÍSTICAS

A Assembleia Geral dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, adoptou, a 4 de Fevereiro do presente ano em Addis-Abeba, Etiópia, a Carta Africana de Estatística, um instrumento jurídico de regulação da actividade estatística no continente. O documento servirá de meio de advocacia para o desenvolvimento da estatística em África.

Ao rubricarem o instrumento, os mais altos dirigentes de Estados e Governos de África, tiveram em atenção a necessidade de um quadro orientador para o desenvolvimento da Estatística Africana, designadamente no que concerne a produção, gestão e divulgação de dados e

informações estatísticas aos níveis nacional, regional e continental.

Entre outros objectivos a Carta irá contribuir para a melhoria da qualidade e da comparabilidade dos dados estatísticos necessários para o acompanhamento do processo de integração económica e social de África, promover o respeito dos princípios fundamentais da produção, armazenagem, gestão, análise, divulgação e utilização da informação estatística no continente africano contribuir para o reforço da coordenação das actividades estatísticas e das instituições de estatísticas em África, incluindo a coordenação das intervenções de parceiros

aos níveis nacional, regional e continental.

Reforço das capacidades institucionais

É também desejo dos dirigentes africanos que a Carta contribua para reforçar as capacidades institucionais das estruturas de estatísticas em África, assegurando a sua autonomia em operações, e, simultaneamente, garantindo recursos humanos, materiais e financeiros suficientes, servir de referência para o exercício da profissão de estatísticos, do código de ética profissional e de boas práticas, promover uma cultura de formulação, monitorização e avaliação de políticas com base em factos; contribuir para a melhoria e o funcionamento efectivo do sistema estatístico africano assim como para a troca de experiências; e, por último, evitar as duplicações de

esforços na implementação de programas de estatística.

A Carta Africana de Estatísticas vem dar respostas aos desafios do processo de integração do continente, iniciado há alguns anos pelos Estados-membros. Desafios que implicam a utilização de estatísticas como ferramentas eficientes, mormente no processo de planificação e realização dos diferentes objectivos preconizados. Sublinhe-se aqui o facto de a informação estatística ser hoje num recurso vital e indispensável no processo de integração regional e continental.

Não obstante o facto de o sistema estatístico africano ter registado desenvolvimentos significativos ao longo dos

últimos anos, nomeadamente com a realização de várias iniciativas, nota-se ainda a existência de um grande fosso entre a oferta e a procura em termos de informações estatísticas para fins de desenvolvimento bem como para a condução do processo da integração africana. Com efeito, os dados estatísticos de qualidade, comparáveis no tempo e no espaço e produzidos pelo sistema estatístico africano, são praticamente inexistentes.

Foi para colmatar este défice que os órgãos decisórios da União Africana tomaram a decisão histórica da elaboração de uma Carta Africana de Estatística, um instrumento jurídico de regulação da actividade estatística no Continente e que servirá de meio de advocacia para

o desenvolvimento da estatística em África.

Este documento, que é consensual, e cuja elaboração contou com a plena participação de todos os membros do sistema estatístico africano, das autoridades políticas africanas e dos parceiros de desenvolvimento, constitui um quadro estratégico de orientação que deverá facilitar o surgimento de estatísticas africanas de referência.

O documento é considerado um quadro deontológico e código de ética profissional e de boas práticas para o trabalho dos funcionários do sistema estatístico africano. A este propósito, convida-se a todos os profissionais da estatística em África para o respeito dos

princípios nele contidos, incluindo as normas, os conceitos e os padrões internacionais, que visam assegurar a realização de comparações internacionais sobre a matéria.

A Carta exorta ainda os fornecedores, os produtores e os utilizadores de dados estatísticos para uma colaboração acrescida e efectiva, a fim de garantir a qualidade assim como a utilidade da informação estatística.

Tendo em conta que a implementação efectiva e eficaz da Carta exige recursos financeiros e o reforço das capacidades institucionais do

sistema estatístico africano, os Estados-membros são chamados à responsabilidade por forma a garantir um financiamento estável e adequado às actividades estatísticas, bem como reforçar a independência e o estatuto dos Institutos Nacionais de Estatística bem como dos serviços conexos aos níveis regional e continental.

*Panorama
Sempre
Informando*

DADOS DO IOF EM PROCESSO DE CRÍTICA E DIGITAÇÃO

Estão já a decorrer, desde o passado mês de Fevereiro, os processos de crítica e digitação dos dados do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF), cujo trabalho de recolha de informação no terreno teve início em Setembro do ano passado.

De acordo com o Departamento de Métodos e Amostragem, o trabalho acima referido está a decorrer à medida que do campo vão chegando dados recolhidos pelos inquiridores.

Segundo a mesma fonte, dos 1060 Áreas de Enumeração

seleccionadas foi já coberto pelo trabalho do campo um total de 559 Áreas de Enumeração, o que corresponde a 52,7% da área total.

O Inquérito ao Orçamento Familiar tem por objectivo recolher dados que permitam

aferir o estado em que vive a população do País. A mesma informação será utilizada para múltiplos objectivos destacando-se entre eles a avaliação do PARPA II, entre outros programas de desenvolvimento sócio-económico do País.

Indicadores Múltiplos

TERMINA INQUÉRITO ARRANCA ANÁLISE DOS DADOS

Tem início em Abril próximo, a análise técnica dos dados recolhidos no quadro do primeiro Inquérito Nacional sobre Indicadores Múltiplos, operação estatística que tem por objectivo recolher dados que permitam o acompanhamento da

situação das crianças e mulheres em Moçambique.

De um universo de 14.300 Agregados Familiares seleccionados, foram abrangidos 14.268 famílias, o que representa um nível de

cumprimento de 99 por cento. De referir que desta amostra pretendia-se entrevistar aproximadamente 32.000 mulheres com idades compreendidas entre 15 e 49 anos e recolha de informação a cerca de 24.000 crianças menores de 5 anos de idade.

Com base na informação recolhida, tornar-se-á possível o

monitoreio e avaliação do impacto dos planos e programas concebidos para a área de saúde materno-infantil tendo em atenção as metas do PARPA II, Plano Quinquenal do Governo e os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

